

O PFL promove, hoje, uma reunião decisiva para o seu destino como partido.

Quando Tancredo Neves reuniu pessoas de posições políticas diversificadas, algumas delas em situações absolutamente contraditórias, constatou a impossibilidade de colocá-las em uma única legenda.

Já era um milagre manter o PMDB unido em torno do seu nome, se o partido agrupava do ex-guerrilheiro ao egresso da ditadura, misturando-se, então, com os integrantes do PP (Partido Popular) que Tancredo havia reunido numa legenda de transição que permitisse receber antigos arenistas como Afonso Camargo e Carlos Sant'Anna, passando por uma transição partidária, à maneira de adaptação de voltagem.

Seria absurdo imaginar que o agrupamento de Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Aureliano Chaves, José Sarney viesse compor um mesmo quadro partidário, com marcas tão recentes de 20 anos de sistema militar e de defesa das teses exatamente combatidas pelos integrantes do PMDB onde já se acomodavam algumas marcantes contradições.

Mais do que o PMDB, o PFL, até por suas raízes, é mais cobrado de suas posições pelos saudosistas do regime autoritário que chegam a elogiar o período anterior e a gravar frases e slogans contraditórios quando o homem comum pergunta: "E agora, o que vai acontecer?"

A realidade é que os que estão no governo tergiversam na resposta, exceção feita à extrema confiança e ao excessivo otimismo que o presidente Sarney coloca em todos os seus pronunciamentos.

E enquanto a pergunta é colocada, antes que a resposta seja enunciada, já vêm as novas indagações, lógicas e preocupantes.

Assim, ninguém entende como o presidente tenha escolhido dois ministros-constituintes cujos suplentes na Comissão de Sistematização não votam com o governo.

Essa realidade leva a uma conclusão: ou o presidente já está seguro de que não consegue impor o presidencialismo com os 5 anos de mandato ou já tem em vista executar a ameaça feita, há alguns dias, ou seja, a dissolução da Câmara dos Deputados e a convo-

JORNAL DA TARDE

Freitas Nobre



A hora *ave*
da decisão. *P5*
(E talvez da vingança de Sarney.)

29 OUT 1987

cação de eleições extraordinárias em todos os níveis.

E o dispositivo que atribuiu essa faculdade ao presidente da República consta do texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral que está sendo aprovado pela quase unanimidade da Comissão e que para cair em plenário da Constituinte vai depender de 280 votos, o que é realmente difícil. O inciso V do artigo 91 (Seção II, DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA), inclui entre essas atribuições, a de "dissolver, ouvido o Conselho da República, nos casos previstos nesta Constituição, a Câmara Federal e convocar eleições extraordinárias". Esclareça-se, ainda, que esse Conselho da República tem uma composição em que é enorme a influência do presidente da República que o integra e que tem em seu corpo dois nomes de sua indicação pessoal, além do ministro da Justiça, e dos líderes do governo nas duas casas do Congresso.

O presidente sabe que pelo projeto do relator Bernardo Cabral, se adotado o parlamentarismo, a dissolução alcança apenas a Câmara, ressaltando o Senado em razão de sua marcante composição federativa para o equilíbrio da representação dos Estados, cada um com 3 senadores. E ainda porque o Legislativo ficaria nesse período representado pela Câmara Alta. Mas não ignora que a limitação dos mandatos dos deputados pode significar também a redução do seu próprio período de governo. Tudo indica que é a cartada final.

Sarney é sentimentalmente do PFL e não

do PMDB, embora presidente de honra dos dois partidos, mas tudo leva a concluir que a legenda presidida por Marco Maciel pretende ganhar as eleições municipais do próximo ano e, em face da impopularidade do governo, o melhor é não romper com o presidente, evitando, porém, a participação nas responsabilidades administrativas, ou seja, na crise que se aprofunda. Será melhor para o PFL deixar que o PMDB assumira essa responsabilidade no período pré-eleitoral e eleitoral de 1988. E as eleições de 1988, removendo a estrutura de cerca de 4.000 municípios brasileiros, são fundamentais para o pleito presidencial que pode estar mais próximo do que se imagina.

Assim, a decisão do PFL provavelmente já esteja assumida com um posicionamento híbrido a ser adotado na reunião de hoje e provavelmente nas suas próximas etapas (reunião do diretório e convenção nacional); quando o partido deverá firmar posição de independência frente ao governo, com o conseqüente afastamento dos titulares que representam o partido. Sabe-se, no entanto, que o ministro das Comunicações não está disposto a deixar o governo e alinhar-se entre os que não concordam com o rompimento ou a posição de independência em relação ao Executivo. E, por isso, tanto Antônio Carlos Magalhães, no PFL, quanto o governador Epitácio Cafeteira (PMDB-Maranhão) não escondem a disposição de deixar seus partidos para acompanhar o presidente Sarney.

Mas não apenas no PFL, como na sociedade em geral, o clima é de perplexidade.

As preocupações se generalizam não só em razão da falta de estabilidade do governo, da frustração popular, da ausência de autoridade, da crise de credibilidade, do esbanjamento do dinheiro público pelos governadores em campanhas pessoais, da incoerência da política econômica e salarial que coloca as teses do ministro da Fazenda em colisão com os fatos e as medidas tomadas pelo governo, revelando a ausência de unidade da política financeira e social.

E por isso que a indagação não é simplesmente do homem comum, mas do próprio constituinte: o que vai acontecer?